

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Brasil despenca em ranking de mercados atraentes	2
Título: Rolls-Royce fecha acordo e vai pagar multa de R\$ 2,6 bilhões	3
Título: Produção de aço em 2016 regrediu ao pior nível desde 2009	5
Título: Corrupção sem fronteiras	5
Título: Rolls-Royce fecha acordo na Lava Jato	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	8
Título: Notas	8
Título: Rolls-Royce faz acordo de leniência de R\$ 2,6 bilhões	9
VEÍCULO: Valor Econômico.....	10
Título: Combustível sobe mais na bomba que na refinaria	10
Título: Santo Antonio sofre revés com licença.....	12
Título: Prysmian contratará pessoal para atender demanda de elétricas.....	13
Título: Rolls Royce admite corrupção e fecha acordo.....	14
Título: Petroleiras planejam retomar investimento.....	15
Título: Melhora na percepção de risco diminui taxa paga pela Petrobras	18
Título: Vale sobe com minério de ferro e sustenta Ibovespa	21

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Martha Beck****Título: Brasil despencou em ranking de mercados atraentes**

País caiu quatro posições em lista feita por executivos de grandes empresas.

DAVOS- O Brasil despencou no ranking de países nos quais executivos de grandes empresas (CEOs) esperam obter crescimento em seus negócios nos próximos 12 meses. Isso é o que mostra pesquisa feita pela consultoria PricewaterhouseCoopers (PwC) e divulgada ontem, em Davos, na Suíça. O documento é tradicionalmente distribuído na véspera da abertura da reunião do Fórum Econômico Mundial (WEF). O levantamento mostra que, entre 2011 e 2017, o Brasil passou da terceira para a sétima posição entre mercados que animam os CEOs. Há seis anos, 19% dos entrevistados citavam o país como um local no qual esperavam obter crescimento nos negócios.

Já na pesquisa deste ano, somente 7% escolheram o mercado brasileiro como uma prioridade. A pergunta respondida pelos executivos foi: “Quais são os três países, tirando o seu, que você considera mais importantes para o crescimento geral de sua organização nos próximos 12 meses?”. No topo lista de 2017, estão os Estados Unidos, que foram apontados por 43% dos empresários. Em 2011, o país estava em segundo lugar.

CHINA PERDE A LIDERANÇA

A China também caiu no ranking, mas perdeu apenas uma posição. Em 2011, era apontada por 39% dos CEOs em primeiro lugar. Agora, foi escolhida por 33%, passando para a segunda posição. No documento, o Brasil é citado apenas seis vezes, contra 12 da China, por exemplo. Num trecho, a PwC destaca que o Brasil tomou um tombo no ranking nos últimos anos e “entrou numa recessão profunda”, embora já comece a dar alguns sinais de recuperação. É justamente para falar desses sinais que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, decidiu ir a Davos.

A pedido do presidente Michel Temer, que também queria ir ao Fórum, mas preferiu ficar no Brasil para acompanhar de perto a reta final da eleição para a presidência da Câmara dos Deputados, Meirelles vai conversar com investidores e ressaltar avanços que já foram obtidos pelo governo no campo econômico. Um dos destaques será a aprovação pelo Congresso da proposta da emenda constitucional (PEC) que fixa um teto para os gastos públicos. O ministro pretende, ainda, falar das propostas e reformas da Previdência e trabalhista. Também estão no Fórum o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn; e os

ministros do Desenvolvimento, Marcos Pereira, e de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, além do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

A pesquisa da PwC completa 20 anos em 2017 e tem como título “20 anos dentro das mentes dos CEOs. O que vem adiante?”. O levantamento mostra que incertezas em relação ao crescimento econômico, excesso de regulação e falta de mão de obra qualificada continuam sendo os principais fatores de risco para os executivos. Mesmo assim, a consultoria aponta que eles ficaram mais otimistas com o passar do tempo. “Em 1997, quando completamos nossa primeira pesquisa, apenas um terço dos participantes estava muito confiantes sobre o desempenho das receitas de seus negócios num prazo de três anos, embora o mercado mundial estivesse numa tendência de alta.

Este ano, por outro lado, 51% dos CEOs estão extremamente positivos sobre as perspectivas de receitas para seus negócios”, diz a pesquisa, que acrescenta ainda: “Outros 38% estão muito otimistas em relação aos resultados imediatos, contra 35% no ano passado”. O levantamento da PwC foi feito com 1.379 grandes executivos de 79 países.

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor: Gustavo Schmitt, Daniel Gullino E Dimitrius Dantas

Título: Rolls-Royce fecha acordo e vai pagar multa de R\$ 2,6 bilhões

Temer diz que Operação Lava-Jato não vai desestabilizar o governo

A companhia britânica Rolls-Royce fechou ontem um acordo preliminar com autoridades brasileiras, americanas e inglesas. O caso envolve acusações de corrupção e, permanecendo os valores destinados a cada país, a companhia terá de pagar uma multa de 671 milhões de libras (cerca de R\$ 2,6 bilhões).

A Rolls-Royce é acusada de ter pagado propina para obter contratos. As tratativas da empresa com o Ministério Público Federal estipulam US\$ 25 milhões (cerca de R\$ 81 milhões) para o Brasil. De acordo com comunicado oficial publicado pela empresa em seu site, haverá na próxima sexta-feira uma audiência para referendar os termos do acordo firmado com as autoridades dos três países.

O Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DOJ) ficará com US\$ 170 milhões. O caso de corrupção que envolve a atuação da Rolls-Royce no Brasil remonta a 2015, quando o ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco admitiu em seu acordo de colaboração premiada que teria recebido US\$ 200 mil da empresa inglesa.

No depoimento Pedro Barusco afirmou que o pagamento se referia a um contrato firmado para fornecimento de módulos de geração de energia para plataformas da Petrobras, cujo valor chegava a R\$ 100 milhões. Os US\$ 200 mil, ainda de acordo com Barusco, foram depositados em contas no exterior.

O ex-gerente da Petrobras citou Luiz Eduardo Barbosa e Júlio Faerman como intermediários da Rolls-Royce no Brasil. Segundo o ex-diretor, os dois também representavam as empresas SBM e a Alusa em contratos com a estatal.

“NÃO HÁ A MENOR POSSIBILIDADE”

O presidente Michel Temer afirmou ontem, em entrevista à agência de notícias “Reuters”, que não há “a menor possibilidade” do seu governo ser desestabilizado pela Operação Lava-Jato. — Zero. Não há a menor possibilidade disso — afirmou. Temer ainda voltou a negar durante a entrevista que será candidato à reeleição em 2018, independentemente de ter bons resultados na economia ou de um pedido do seu partido, o PMDB: — Eu espero apenas cumprir essa tarefa e deixar que meu sucessor possa encontrar um país mais tranquilo.

Temer não confirmou se o PMDB terá representante na disputa. O presidente afirmou que “é muito cedo para isso”, mas que o governo tem um base ampla no Congresso, de onde pode sair mais de um candidato. Essa discussão, no entanto, só será feita “lá por maio do ano que vem.” Mesmo garantindo que a Lava-Jato não vai impactar negativamente em seu governo, Temer já perdeu nomes importantes após serem citados em delações premiadas.

Líder do governo no Congresso, o senador Romero Jucá deixou Ministério do Planejamento uma semana e meia após ser nomeado para o cargo. O parlamentar foi flagrado em gravação propondo um pacto para “estancar a sangria” da operação. Já Henrique Eduardo Alves deixou o Ministério do Turismo após ser citado no acordo de delação premiada do expresidente da Transpetro — subsidiária da Petrobras — Sérgio Machado como beneficiário de propina.

Ex-ministro Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, Fabiano Silveira deixou o governo depois da divulgação de conversas gravadas em que faz críticas à Operação Lava-Jato e sugere orientações de defesa ao presidente do Senado, Renan Calheiros, e ao ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Maria Cristina Frias**Título:** Produção de aço em 2016 regrida ao pior nível desde 2009

O ano de 2016 foi o pior para a siderurgia brasileira desde 2009, de acordo com o Instituto Aço Brasil (do setor).

Foram produzidos 30,2 milhões de toneladas de aço bruto e 20,9 milhões de toneladas de laminados, quedas de 9,2% e 7,7%, respectivamente, em relação a 2015.

A crise que atingiu os maiores clientes de siderúrgicas (construção civil, máquinas e equipamentos e automotivo) derrubou as vendas internas, que caíram 9,1%, diz Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo da entidade.

As exportações, tratadas como prioridade para 2017, tiveram redução de 2,1% em volume e 15% em valor em 2016.

As vendas externas sofreram com o excedente mundial de capacidade instalada -hoje em 780 milhões de toneladas-, e pela redução de preços, puxada pela China.

A principal demanda do setor é que a alíquota do Reintegra (regime que compensa exportadores) seja elevada de 2% para 5% ainda neste ano.

"O diálogo entre Fazenda, ministérios e associações caminha bem, mas, hoje, não enxergamos nenhum sinal de retomada do setor".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Opinião**Autor:** Bernardo Mello Franco**Título:** Corrupção sem fronteiras

Um dos símbolos mais conhecidos do poder é o Rolls-Royce preto que transporta os presidentes da República. Comprado em 1953, o conversível sai da garagem nos dias de posse e nos desfiles de Sete de Setembro. Em outros tempos, já deu carona à rainha Elizabeth e ao general De Gaulle.

Nesta segunda (16), a marca britânica voltou ao noticiário político por uma razão menos nobre: divulgou um acordo para encerrar investigações por corrupção no Brasil. A Rolls-Royce pagará multa de US\$ 25,6 milhões por ter

sido flagrada no petrolão. (Desde os anos 70, a RR se divide em duas firmas com acionistas diferentes: uma produz automóveis e a outra, investigada na Lava Jato, fabrica turbinas e aviões militares).

A Rolls-Royce entrou na mira do Ministério Público Federal quando Pedro Barusco, ex-gerente da Petrobras, admitiu ter recebido suborno na compra de equipamentos para plataformas. Seu depoimento dá uma boa amostra da banalização da roubalheira. Ele diz que "não se recorda exatamente quem foi beneficiado na divisão das propinas, mas lembra que foi beneficiado com pelo menos US\$ 200 mil".

Enquadrada pelo órgão antifraude do seu país, a Rolls-Royce também pagará multas milionárias às autoridades britânicas e americanas. O valor total das punições supera a cifra de R\$ 2,7 bilhões.

O acordo fechado pela empresa parece um roteiro para a Odebrecht. A empreiteira baiana é suspeita de distribuir propinas em ao menos 12 países. As investigações indicam que a prática era sempre a mesma, só mudava o idioma do acerto.

Na economia globalizada, a gatunagem também ultrapassa fronteiras. Não importa a cor do passaporte, e sim a relação custo-benefício de tentar embolsar dinheiro fora da lei. O caso da Rolls-Royce deveria servir de lembrete para quem pensa que basta trocar empresas brasileiras por multinacionais para acabar com a corrupção.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor: Mario Cesar Carvalho

Título: Rolls-Royce fecha acordo na Lava Jato

A Rolls-Royce anunciou nesta segunda-feira (16) em Londres que fechou um acordo com o Ministério Público Federal brasileiro pelo qual pagará uma multa de US\$ 25,6 milhões, o equivalente a cerca de R\$ 83 milhões, para encerrar duas investigações contra o grupo britânico.

A empresa fabrica turbinas para gerar eletricidade, usadas pela Petrobras em plataformas de petróleo.

Dois delatores da Operação Lava Jato haviam contado em seus acordos que receberam ou repassaram propina da Rolls-Royce para que a empresa conquistasse contratos na Petrobras: o ex-gerente da estatal Pedro Barusco e o lobista Julio Faerman.

Barusco relatou à Polícia Federal, em novembro de 2014, que recebeu "pelo menos" US\$ 200 mil para que a Rolls-Royce fechasse um contrato de US\$ 100 milhões. O contrato, no caso, era para o fornecimento de módulos de geração de energia para plataformas.

Levantamento feito pela CGU (Controladoria Geral da União) apontou que os contratos da Rolls-Royce com a estatal tinham um valor muito maior do que o montante citado por Barusco: o negócio com os geradores, fechado em 2011, era de US\$ 650 milhões.

O outro delator, Faerman, confessou que fez pagamentos ilícitos como representante da Rolls-Royce junto à Petrobras.

Faerman era considerado um dos maiores lobistas da Petrobras. Além da Rolls-Royce, ele representava a empresa holandesa SBM. Segundo Faerman, a empresa pagou US\$ 139 milhões em propina para funcionários da estatal para fechar contratos que somam US\$ 27 bilhões.

A SBM fechou um acordo de leniência, uma espécie de delação para empresas, no qual se comprometeu a pagar US\$ 149,2 milhões à Petrobras e abater outros US\$ 179 milhões que a estatal deveria lhe pagar nos próximos 14 anos. O acordo, no entanto, não foi homologado pela Câmara de Combate à Corrupção do Ministério Público Federal.

Procuradores que integram o órgão concluíram que a empresa só citou no acordo fatos que os investigadores da Lava Jato já conheciam, não trazendo nenhuma novidade para a apuração.

ACORDO MAIOR

O acordo com o Brasil faz parte de um compromisso maior que a Rolls-Royce fechou com autoridades do Reino Unido e dos Estados Unidos.

A multa total será de cerca de 671 milhões de libras, o equivalente a R\$ 2,6 bilhões.

O Reino Unido ficou com o maior valor da multa (497,3 milhões de libras ou R\$ 1,95 bilhão) e o Brasil, com o menor. Já os Estados Unidos foram contemplados com uma indenização de cerca de US\$ 170 milhões (ou R\$ 550 milhões, quando corrigidos pelo câmbio desta segunda (16)).

Desde meados de 2015 a Rolls-Royce tem dito que colabora com as investigações no Brasil, na Inglaterra e nos Estados Unidos e que não iria tolerar o pagamento de suborno como método para conquistar contratos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt E Fernanda Guimarães****Título: Notas**

Copel é acusada de quebrar contrato

A Copel está sendo acusada de quebra de contrato por um Fundo de Investimento em Participações (FIP) e a briga deve ser decidida por arbitragem. O imbróglio envolve uma parceria entre a empresa paranaense e o FIP IEER, que criou a Companhia de Energias Renováveis (CER Energia). A Copel tem participação de 49,9% nesta empresa.

Contrapartida

O FIP IEER aponta que a Copel teria começado a indicar falhas materiais em projetos já aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Nesse ínterim, a CER participou de leilões, tendo saído vencedora em quatro certames, em projetos que demandariam investimentos de R\$ 2,1 bilhões. A contrapartida da Copel, no entanto, nunca teria saído. Os próprios advogados da estatal de energia teriam alertado a administração sobre o caso. A Copel não comentou o assunto e afirmou que existe um termo de confidencialidade.

Contrato

Pelo contrato firmado, o IEER formularia projetos de energia eólica, que passariam pelo aval da Copel. Ainda pelo acordo, a Copel faria pagamentos para a CER Energia, sendo que o contrato estabelecia que seriam realizados investimentos de R\$ 4,5 bilhões em projetos que somariam 1.150 megawatts (MW). Ao fim de cinco anos, a Copel compraria a participação da IEER na CER.

Mais capital

O “não” da japonesa Sumitomo em reduzir o capital da Mineração Usiminas (Musa), liberando caixa para a siderúrgica mineira, poderá significar, caso o veto seja mantido, uma nova necessidade de aumento de capital na Usiminas. No ano passado, as sócias controladoras Ternium e Nippon Steel, além da maior acionista minoritária, a CSN, injetaram R\$ 1 bilhão na siderúrgica diante de sua fragilidade financeira.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Política****Autor: Josette Goulart****Título: Rolls-Royce faz acordo de leniência de R\$ 2,6 bilhões**

Brasil ficará com parcela de R\$ 81 milhões; empresa foi investigada na Lava Jato por pagamento de propinas em contrato com a Petrobrás.

A empresa britânica Rolls- Royce anunciou ontem em comunicado oficial que fechou acordos de leniência com as autoridades da Inglaterra, dos Estados Unidos e do Brasil, por ter se envolvido em esquemas de pagamentos de propinas e de corrupção em diferentes mercados internacionais. O acordo total será de 671 milhões de libras esterlinas, o equivalente a cerca de R\$ 2,6 bilhões. O Brasil ficará com uma parte deste montante, cerca de R\$ 81 milhões. O acordo deve ser oficialmente anunciado hoje pelas autoridades, com detalhes do envolvimento da fabricante de equipamentos em esquemas de corrupção pelo mundo.

A companhia faturou 13,5 bilhões de libras esterlinas em 2015, ou cerca de R\$ 52 bilhões, e fabrica desde carros de luxo a equipamentos de aviação, defesa aeroespacial, marina, nuclear e energia. De acordo com o jornal britânico The Guardian, a empresa teria se envolvido em esquemas de corrupção em ao menos 12 países. “Esses acordos estão relacionados a suborno e corrupção envolvendo intermediários em diversos mercados no exterior, processo que a Rolls-Royce informou ao SFO (Serious Fraud Office) de 2012 em diante”, afirmou a empresa no comunicado de ontem.

No Brasil, o nome da Rolls- Royce surgiu pela primeira vez nas investigações da Operação Lava Jato há quase dois anos, quando o ex-gerente da Diretoria de Serviços da Petrobrás Pedro Barusco citou a companhia em sua delação premiada. De acordo com Barusco, a empresa teria pago propina para garantir o fornecimento de turbinas de geração de energia para plataformas de petróleo da estatal brasileira. O contrato foi de US\$ 100 milhões e Barusco faturou US\$ 200 mil na ocasião, segundo seu relato. O ex-gerente disse, no entanto, não se lembrar quem mais teria recebido recursos da Rolls-Royce.

A delação de Barusco levou à apuração do envolvimento do empresário Luis Eduardo Campos Barbosa da Silva, que foi apontado pela Polícia Federal como sendo operador da SBM Offshore, Rolls-Royce e Alusa, todas empresas fornecedoras da Petrobrás, no esquema. O executivo era sócio do representante da SBM, Julio Faerman, na empresa Oildrive Consultoria em Energia e Petróleo e ex-funcionário da Asea Brown Boveri (ABB). Os dois, de acordo com as investigações, eram conhecidos como “Batman” e “Robin” e

ambos fizeram delação premiada. À Polícia Federal, Silva disse que a Oildrive prestou consultoria em favor da Rolls-Royce e que os serviços foram efetivamente prestados.

Venezuela. Outra investigação envolvendo a Rolls-Royce que veio a público diz respeito à suspeita de pagamentos de propinas à estatal venezuelana Petróleos Venezuela (PDVSA). A Justiça americana suspeita de que um esquema de corrupção no país possa ter desviado cerca de US\$ 11 bilhões. A empresa não deu detalhes sobre os casos em que esteve envolvida. Foram divulgados apenas os valores que devem ser pagos. Segundo o comunicado da companhia, além dos R\$ 80 milhões ao Brasil, o valor acertado com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos foi de US\$ 170 milhões, ou cerca de R\$ 550 milhões.

A maior parte do valor, cerca de 500 milhões de libras esterlinas, ou quase R\$ 2 bilhões, está relacionada ao acordo firmado pela companhia com a UK Serious Fraud Office, órgão antifraude do governo britânico. Outras empresas. Este é o terceiro acordo em cerca de um mês que é firmado pelas autoridades americanas e que envolvem as investigações da Operação Lava Jato. Em dezembro, Odebrecht e Braskem também anunciaram acordo de leniência, que envolve o pagamento de cerca de R\$ 6,7 bilhões.

De acordo com advogados que atuam nos Estados Unidos, existe uma certa pressão do Departamento de Justiça americano em fechar algumas negociações em função da mudança de presidente no país. Nesta sexta-feira, Donald Trump assume e existe a expectativa de que haja uma mudança nas diretrizes de atuação do órgão. Trump chegou a declarar durante as eleições que a lei anticorrupção americana era severa demais com as empresas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Combustível sobe mais na bomba que na refinaria

O preço pago pelo consumidor, nos postos, tem crescido acima dos reajustes praticados pela Petrobras nas refinarias desde o lançamento da política de preços dos combustíveis da estatal, há três meses. Dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostram que, desde meados de outubro do ano passado, a gasolina acumula, na média, alta de 3,2% nas bombas, enquanto o diesel subiu 2,7%.

Os números são maiores que os reajustes praticados nas refinarias pela Petrobras, que anunciou um aumento de preço por mês desde outubro do ano

passado e acumula, nos últimos três meses, uma alta de 1,8% nos preços da gasolina e de 2,5% no caso do diesel.

O descompasso acontece porque os preços são livres no mercado e, para cada reajuste praticado pela estatal nas refinarias, os demais agentes da cadeia - como distribuidoras e postos de combustíveis - optam por repassar ou não o aumento ou redução dos custos de aquisição dos derivados para o consumidor final.

No final de outubro, dez dias após a companhia ter anunciado uma redução nos preços do diesel e gasolina, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, chegou a dizer que o fato de o reajuste ter demorado a chegar ao consumidor final era "decepcionante".

O levantamento da ANP sugere, ainda, que os repasses das distribuidoras foram maiores no caso da gasolina. As companhias do elo de distribuição aumentaram os preços do derivado, em média, em 3,7% desde meados de outubro - o dobro do reajuste acumulado nas refinarias no período.

No caso do diesel, por outro lado, as distribuidoras aumentaram os preços em 1,1%, número abaixo dos patamares dos reajustes da Petrobras, o que sinaliza que o repasse ao consumidor final se deu, em sua maior parte, nos postos de combustíveis.

O Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom) esclareceu que não tem conhecimento das políticas de preços de suas associadas, mas destacou que a composição do preço de venda ao consumidor final é "complexa".

A associação lembra que, além do preço de aquisição dos derivados, nas refinarias, o produto é influenciado também pelos tributos e fatores como os custos de logística, remuneração dos distribuidores e remuneração dos revendedores e "está sujeita às oscilações de oferta e demanda de um mercado livre".

"Os preços são livres e determinados pelo mercado, e, portanto podem mudar diariamente, para cima ou para baixo, independentemente de ocorrerem ou não reajustes no produtor", esclareceu a entidade.

O Sindicom defendeu, ainda, que só custo do produto nas refinarias e os tributos são responsáveis por mais de 80% do preço final e que a margem média dos distribuidores representa menos de 5%, de acordo com informações publicadas pela ANP. A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), por sua vez, disse que não comenta sobre a prática de preços.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia****Título: Santo Antonio sofre revés com licença**

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) cancelou a autorização especial que havia concedido à Santo Antonio Energia em 30 de dezembro, que permitia a entrada em operação comercial das seis últimas turbinas da hidrelétrica.

O cancelamento foi provocado por uma decisão judicial de primeira instância, de 13 de janeiro, que determinou a realização de uma nova audiência pública para autorização da elevação do nível da hidrelétrica. A decisão foi obtida no contexto da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público de Rondônia e pelo Ministério Público Federal, questionando a elevação da cota do reservatório da usina.

Em comunicado, a Santo Antonio Energia disse ontem que a operação comercial das seis unidades geradoras está mantida até o momento e que está tomando "todas as medidas legais cabíveis" para restabelecer a autorização para operação. Além disso, o Ibama já manifestou a intenção de recorrer contra a decisão judicial, de acordo com a companhia.

A ação civil pública tem o objetivo de impedir a autorização do Ibama até que a sociedade possivelmente atingida pela alteração da cota do reservatório tenha oportunidade de participar de uma nova audiência pública em suas localidades. Como isso ainda não aconteceu, foi proferida a decisão judicial tornando obrigatória a sua realização.

Uma audiência pública, considerada dispensável por envolver apenas uma elevação da cota do reservatório, já foi realizada pela companhia. O argumento do MP, porém, é que a comunidade que será realmente afetada pela medida não foi ouvida. Por isso pedem que a audiência dessa vez seja feita próxima das comunidades.

No começo do ano, após o aval do Ibama, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deu a autorização para operação das seis últimas turbinas, que somam cerca de 417,6 megawatts (MW). Com isso, a hidrelétrica - localizada no complexo hidrelétrico do Rio Madeira, em Rondônia - pôde atingir os 3.568 MW de potência da sua capacidade total.

A autorização especial concedida à empresa, que tinha sido assinada por Luciano de Meneses Evaristo, presidente substituto do Ibama, tinha validade de seis meses e poderia ser renovada ou transformada em licença permanente.

Um relatório do Instituto Chico Mendes sobre o alteamento do reservatório dizia não ver problemas com a proposta apresentada pela companhia. No entanto, eles recomendaram que uma nova vistoria conjunta seja realizada entre março e abril, períodos correspondentes aos picos de cheia no local, para ter a confirmação de que a cota proposta não tem efeitos sobre as áreas de conservação da região. A conclusão é semelhante à da Secretaria do Meio Ambiente de Rondônia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Prysmian contratará pessoal para atender demanda de elétricas

A fabricante de cabos e sistemas Prysmian (antiga Pirelli Cabos) prevê um aquecimento da demanda por cabos do setor elétrico neste ano. Devido ao crescimento de pedidos do segmento, principalmente de empresas de transmissão e distribuição de energia, a companhia prevê aumentar o número de funcionários no primeiro semestre deste ano.

"Há muitas empresas pedindo cotação porque estão vislumbrando projetos. Alguns investidores estão discutindo projetos de transmissão. Há uma expectativa grande com relação a isso. Na área de distribuição, temos uma carteira de pedidos já para, pelo menos, o primeiro semestre", afirmou João Carro, diretor de Energia da Prysmian. "Com certeza contrataremos pessoas [funcionários] neste semestre", completou o executivo.

Na área de transmissão, a aposta se deve à melhora das condições para os leilões de linhas, o que tem resultado em novos negócios. No último leilão do tipo, em outubro, foram arrematados 21 dos 24 lotes ofertados, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 11,6 bilhões. E a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pretende fazer novos leilões em 2017.

Com relação ao segmento de distribuição, Carro afirmou não haver um motivo específico para o aumento da demanda, porém observou que nos últimos três meses o número de encomendas do segmento têm crescido.

O ambiente positivo observado para o setor elétrico não se repete para o segmento de petróleo e gás natural, uma das importantes áreas de negócio da Prysmian no Brasil, onde fornece cabos umbilicais e flexíveis. Segundo Carro, as

definições regulatórias para o setor petrolífero brasileiro este ano só deverão se traduzir em contratações para a cadeia de fornecedores em 2018. "Deverão sair algumas definições, mas elas não impactam no nosso negócio neste ano", disse.

Em 2015, último dado disponível, a Prysmian faturou globalmente € 7,361 bilhões, o equivalente a cerca de R\$ 25 bilhões. Desse total, € 565 milhões (cerca de R\$ 1,9 bilhão) foram relativos a negócios do grupo em toda a América Latina.

Na região, o grupo possui mais de 1 mil funcionários e produz cerca de 60 mil toneladas de cabos por ano. No Brasil, onde está instalada desde 1929 e possui atualmente 25% de participação de mercado, a companhia possui sete unidades fabris nos Estados de São Paulo, Espírito Santo e Santa Catarina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliano Basile

Título: Rolls Royce admite corrupção e fecha acordo

A Rolls Royce assinou um acordo com autoridades do Departamento de Justiça do governo dos Estados Unidos (DoJ, na sigla em inglês) e com o Ministério Público Federal pelo qual vai pagar US\$ 26 milhões ao Brasil e contribuir com as investigações a respeito de propinas em contratos com Petrobras.

A empresa vai pagar ainda US\$ 169,9 milhões ao DoJ e 497,3 milhões de libras (US\$ 603,5 milhões) à autoridade contra fraudes do Reino Unido.

O valor a ser destinado ao Brasil deverá ser remetido aos cofres da estatal. O Valor apurou que os termos foram assinados na sexta-feira. A companhia fechou um acordo global à semelhança do que foi assinado pela Odebrecht, em dezembro passado e que também envolveu três países (Brasil, Estados Unidos e Suíça).

Ao todo, as autoridades investigaram cinco contratos da Rolls Royce com a Petrobras e em três deles foi identificado o pagamento de propina.

A companhia atuou na comercialização de peças para turbinas nas plataformas de petróleo da estatal brasileira e também na fabricação de componentes de navios-sonda. Nos contratos em que foi evidenciada a prática de corrupção, o pagamento foi feito por agentes contratados pela Rolls Royce, e não diretamente pela companhia.

Na Operação Lava-Jato, a Rolls Royce apareceu pela primeira vez num depoimento de Pedro Barusco, o ex-gerente da Petrobras que concordou em entregar provas de corrupção e a devolver o dinheiro desviado em troca de redução de pena. Em um dos depoimentos de sua delação premiada, Barusco afirmou que recebeu US\$ 200 mil da Rolls Royce para ajudar a garantir à companhia um contrato de US\$ 100 milhões com a Petrobras. De acordo com os autos do processo, o intermediário dos pagamentos teria sido o lobista Júlio Faerman.

A Rolls Royce está numa lista de empresas estrangeiras sob investigação na Operação Lava-Jato e do DoJ que envolve outras companhias, como a SBM e a Keppel. Essas empresas podem ser processadas nos Estados Unidos pela lei de punição a práticas de corrupção internacional, conhecida como FCPA. No Brasil, elas estão sob apuração da Lava-Jato.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Andrew Ward e Ed Crooks

Título: Petroleiras planejam retomar investimento

As petroleiras devem elevar os investimentos neste ano em meio à recuperação dos preços do petróleo, que dá mais confiança para retomar alguns projetos adiados durante a época de congelamento dos gastos nos últimos dois anos.

O petróleo vem sendo negociado em torno a US\$ 55 por barril, o dobro do ponto mais baixo em 12 anos, atingido no início de 2016, depois que alguns dos maiores produtores mundiais, dentro e fora da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), terem acertado a primeira redução da produção em mais de dez anos.

A recuperação dos preços, somada aos grandes cortes de custos promovidos pelas petrolíferas desde que as cotações desabaram (em 2014 estavam em mais de US\$ 100 por barril), fortaleceu a geração de fluxo de caixa no setor e tornou mais atraente a viabilidade econômica de muitos projetos em estudo.

"A indústria saiu do modo de sobrevivência, passando por uma fase de adaptação aos preços mais baixos, e agora começa a pensar em retomar o crescimento", diz o analista Malcolm Dickson, da consultoria especializada Wood Mackenzie.

Os gastos mundiais em bens de capital pelas principais empresas de produção e exploração vão somar US\$ 450 bilhões em 2017, 3% a mais do que em 2016, e pôr fim a dois anos de fortes reduções, segundo previsões da Wood Mackenzie

publicadas na quarta-feira. Neste ano, o número de decisões a favor de investimentos em novos projetos de exploração das 60 petrolíferas avaliadas pela consultoria - entre estatais, grandes multinacionais e empresas independentes - vai mais do que dobrar em comparação a 2016, de nove para mais de 20.

Há outras projeções na mesma linha. Uma pesquisa com mais de cem empresas de exploração e produção feita por analistas do Barclays previu que seus investimentos em bens de capital vão subir, em média, 7% neste ano. A Rystad Energy, um grupo de análises do setor de energia, estimou que neste ano as petrolíferas vão aprovar um aumento na capacidade de produção em plataformas marítimas de 15 bilhões de barris de petróleo equivalente, em comparação aos 6 bilhões de 2016.

"As empresas, enfim, podem ver um piso sob os preços do petróleo e os parâmetros de lucratividade [dos projetos] convergem para o mesmo nível", diz o analista Iain Reid, do Macquarie.

Há investimentos em 40 grandes projetos de exploração aguardando sinal verde das petrolíferas, segundo a Wood Mackenzie, e pelo menos a metade deve ganhar aprovação em 2017.

Entre os candidatos estão o campo de Libra, em águas profundas brasileiras, da Total, e o projeto de gás Absheron, no Azerbaijão, também do grupo francês. O campo de gás Coral South, em Moçambique, aproxima-se da decisão final de investimento da ENI.

A ExxonMobil parece encaminhada a dar seu aval para os investimentos na gigantesca descoberta de petróleo no campo de Liza, perto da costa da Guiana. O grupo americano anunciou em dezembro já ter assinado contratos para o design e a parte de engenharia da plataforma marítima de produção a ser usada no campo.

Apesar da grande melhora em relação aos dois últimos anos, os investimentos em exploração e produção em 2017 ainda vão ser 40% menores do que os de 2014, de acordo com a Wood Mackenzie. O número de aprovações de novos projeto também vai ficar abaixo da média de 40, verificada entre 2010 e 2014, segundo a consultoria.

"Saímos do fundo do poço, mas não acho que vamos arrancar com tudo", diz o analista Iain Armstrong, da firma de investimentos Brewin Dolphin. Ele destaca a incerteza quanto à demanda por petróleo no longo prazo diante da ascensão dos veículos elétricos e de outras tecnologias de baixa emissão de gás carbônico, que ameaça acelerar a troca dos combustíveis fósseis. Isso, somado

às dúvidas quando à durabilidade dos cortes das cotas da Opep no curto prazo, reduziria o interesse das petrolíferas de aprovar projetos que seriam lucrativos apenas com o barril bem acima de US\$ 50, acrescenta.

Os executivos-chefes das empresas de exploração e produção fizeram promessas reiteradas aos acionistas de que vão defender a distribuição de altos dividendos - e seus cargos estariam ameaçados se essas promessas não forem cumpridas. Acredita-se que isso possa garantir que a disciplina quanto aos gastos de capital continue prioritária, após os problemas enfrentados pelos balanços patrimoniais nos últimos dois anos.

Os cinco maiores grupos de petróleo ocidentais tiveram saída de caixa, incluindo dividendos e investimentos em bens de capital, em torno a US\$ 48 bilhões em 2016, em comparação a um fluxo líquido de entrada de caixa de US\$ 6 bilhões em 2012. "Essas companhias pretendem voltar a ter fluxo positivo de caixa", diz o analista Steve Wood, da Moody's. "Elas querem ser cuidadosas e não deixar seu orçamento de capital amarrado a um petróleo a US\$ 55".

Quando as petroleiras de fato se comprometerem a promover investimentos, provavelmente optem por projetos menores, como fizeram nos últimos dois anos.

Analistas e executivos da indústria petrolífera preveem que a recuperação dos investimentos vai ser mais pronunciada na produção de petróleo de xisto nos EUA, cujas melhores áreas - em particular na Bacia Permiana do Oeste do Texas - oferecem algumas das oportunidades de produção nova de mais baixo custo do mundo.

Os projetos de petróleo de xisto, nos quais cada poço em média custa cerca de US\$ 5 milhões, também são muito mais flexíveis do que os tradicionais que consomem bilhões de dólares e tardam anos em ser concluídos. A atividade pode reagir às condições do mercado e ser ampliada ou encolhida em questão de semanas.

A ExxonMobil comunicou em apresentação em 2016 que suas projeções de investimento em possíveis projetos para 2018 e os anos seguintes mostram que poderia elevar a produção em suas reservas de xisto em até 1 milhão de barris de petróleo equivalente: mais do que a possível nova produção somada de fontes convencionais, águas profundas e gás natural liquefeito (GNL). A Chevron também destacou as boas oportunidades no setor de xisto nos EUA.

Em outros lugares no mundo, o foco dos investimentos vai ser direcionado às fontes com custos mais baixos, como nos chamados campos do pré-sal, em

águas profundas brasileiras, de acordo com Tom Ellacott, chefe de análise de empresas na Wood Mackenzie.

Algumas empresas provavelmente vão ser mais agressivas do que outras. A Total, por exemplo, sinalizou disposição para intensificar os investimentos depois de ter cortado mais custos do que as rivais. A BP, que em dezembro aprovou US\$ 9 bilhões para o projeto Mad Dog 2, no Golfo do México, também busca reconstruir-se depois dos retrocessos desde o custoso derramamento de petróleo da plataforma Deepwater Horizon, em 2010. A Royal Dutch Shell, em contraste, deverá manter os gastos sob controle, uma vez que busca reduzir o endividamento após a aquisição do BG Group por 35 bilhões de libras esterlinas (US\$ 42,57 bilhões) em 2016.

O que haverá de comum entre todas, de acordo com Armstrong, é a determinação em evitar a volta aos gastos em excesso dos anos de alta do petróleo. "Os executivos-chefes e a alta gerência cada vez mais ganham incentivos de acordo com o retorno sobre o capital investido e, por esse critério, o desempenho do setor vem sendo terrível há muito tempo".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Alessandra Bellotto, Thais Carrança e Fernando Torres

Título: Melhora na percepção de risco diminui taxa paga pela Petrobras

Mesmo sem um aval formal das agências de rating até agora, a captação de US\$ 4 bilhões feita pela Petrobras na semana passada mostra que a melhora da percepção de risco sobre a própria companhia explicou 62% da queda de 2,22 pontos percentuais no prêmio pago pela estatal para levantar recursos na emissão de dez anos. A mudança de percepção do investidor externo sobre o Brasil justificou o restante da diminuição de custo.

Vendo o mesmo tipo de melhora nas finanças da companhia que os investidores globais de renda fixa estão notando, a agência Moody's, que é a mais pessimista das três grandes do ramo sobre a Petrobras, revelou ao Valor que pode fazer ainda este ano uma nova ação positiva sobre a nota da companhia, hoje em "B2" e com perspectiva estável, depois de ter elevado o rating outubro.

O prêmio de risco total de uma captação externa indica quanto uma empresa paga a mais do que o governo dos Estados Unidos para tomar empréstimos em dólar pelo mesmo prazo. Ele foi de 7,23 pontos percentuais ao ano na emissão feita pela Petrobras em maio de 2016, a primeira vez que a empresa acessou o mercado de dívida desde o agravamento de sua crise financeira, e caiu para

5,01 pontos na emissão realizada na semana passada, o que foi visto dentro da estatal e por agentes de mercado como um sinal de que o pior já passou.

Dentro desse prêmio de risco total, há um componente referente ao Brasil, pelo fato de a Petrobras ser sediada no país e ter seus negócios aqui, e outro atrelado à saúde financeira da própria companhia.

Conforme levantamento feito pela XP, no intervalo de oito meses entre as duas captações, a parcela do prêmio de risco referente à Petrobras caiu de 3,63 para 2,26 pontos percentuais, uma baixa de 38%. Ao mesmo tempo, o componente do Brasil diminuiu de 3,60 para 2,75 pontos percentuais, com queda de 24%.

O custo para captar por dez anos - que diminuiu de 9,00% para 7,38% na mesma comparação - só não caiu os mesmos 2,22 pontos percentuais do prêmio total porque, no mesmo período, o retorno pago pelos Treasuries - que é o custo de oportunidade usado como referência para o mercado de renda fixa global - aumentou 0,60 ponto, a 2,37% ao ano.

Como resume um gestor de recursos global de renda fixa, a discussão sobre a Petrobras deixou de ser em relação à capacidade de acessar o mercado para refinarçar sua dívida e passou a ser de preço.

Para ele, em 2016 fez sentido aceitar pagar juros altos, de até 9% ao ano, para tirar a pressão do mercado sobre o risco de refinanciamento da dívida. "Pagou caro, mas resolveu o problema."

Já agora, esse gestor acredita que a estatal poderia ter esperado mais alguns trimestres - e eventualmente uma elevação de rating das agências de classificação de risco -, em vez de fazer a captação. "Hoje ela não precisa pré-pagar dívida com cupom de 4%, 5%, com emissão pagando cupom de mais de 7%. Esperaria para pagar bem menos", afirmou.

Em relatório enviado a clientes de renda fixa, o Bank of America recomendou recentemente uma posição acima da média do mercado para os bônus de médio prazo da Petrobras, apostando numa queda adicional de 0,50 a 1 ponto nas taxas ao longo de 2017 (o que aumenta o preço do papel no mercado secundário).

Vale notar que o componente de risco da empresa na emissão da semana passada, de 2,26 pontos percentuais, ainda está bem acima do verificado nas captações feitas pela Petrobras em 2013 (1,63 ponto percentual) e 2014 (1,69 ponto percentual), quando o Brasil e a empresa ainda mantinham o selo de grau de investimento e o preço do petróleo era negociado na faixa de US\$ 100 o barril.

Na semana passada, após a captação bem-sucedida, o diretor financeiro da Petrobras, Ivan Monteiro, chegou a cobrar as agências de rating. "A melhora da percepção macroeconômica do Brasil me parece evidente, a melhora da percepção sobre Petrobras também me parece evidente. Isso agora tem de ser transferido para os ratings", comentou.

Em entrevista ao Valor, a analista de Petrobras da Moody's, Nymia Almeida, disse que em 2017 a agência terá "mais informações para poder levar a empresa a comitê de novo e considerar um upgrade".

Entre os pontos positivos, ela cita a rolagem antecipada de dívida, a venda de US\$ 13,6 bilhões em ativos em 2016 e a nova política de preços dos combustíveis.

A última mudança de rating na Moody's ocorreu em 21 de outubro, quando a nota subiu de "B3" para "B2" e a perspectiva de negativa para estável. "Nossas perspectivas são válidas para 12 a 18 meses, então dentro de 2017 poderíamos alterar, fazer alguma decisão positiva, se as coisas continuarem indo por bom caminho", afirmou Nymia.

A maior preocupação da analista é com a liquidez, entre outros motivos, pela incógnita em relação às multas a serem aplicadas nas ações contra a empresa nos EUA. "Ela ainda tem que pagar US\$ 20 bilhões só em principal em 2017 e 2018, ante um caixa de US\$ 22,4 bilhões, ou seja, se perde acesso aos mercados, como aconteceu em 2015 até o início de 2016, ela não pode nem pagar os vencimentos com o que tem em caixa, então esse problema da liquidez é o risco principal", diz Nymia.

Entre as três grandes agências de risco de crédito - ao lado de Fitch e S&P Global Ratings -, a Moody's tem a nota mais baixa para a Petrobras. O rating: "B2" está cinco níveis abaixo do limite do grau de investimento e três degraus abaixo da nota soberana do Brasil.

Em comparação, a S&P classifica a estatal sob rating "B+", quatro níveis abaixo do selo de bom pagador e dois degraus a menos do que a nota soberana brasileira.

Já a Fitch tem a Petrobras sob nota "BB", dois níveis abaixo do grau de investimento, mas a mesma atribuída ao Brasil, o que tira do radar possíveis elevações de ratings no curto prazo, a não ser que a nota brasileira mude.

"O rating da Fitch para a Petrobras é o rating do Brasil, dada a ligação que entendemos existir. Então, mesmo no momento em que a empresa ficou em situação mais delicada no passado, com o atraso na publicação do balanço,

mantivemos essa ligação como 'driver' para o rating da companhia", explica o diretor sênior de empresas da Fitch Ratings, Mauro Storino.

Para ele, as ações tomadas pela nova gestão são "positivas, mas dado o racional, a empresa ainda tem um caminho a percorrer". "Com tudo que está acontecendo, isso está apenas tornando nosso rating, numa base 'standalone' [isolada], mais real", afirma ele, ressaltando que esta nota isolada ainda não seria a "BB" que ela tem hoje.

Para a Fitch, o principal ponto crítico para a empresa atualmente é a questão da desalavancagem, que depende do sucesso do plano de desinvestimentos.

A dívida líquida da Petrobras em setembro era de US\$ 100 bilhões, equivalentes a 4,5 vezes o Ebitda da companhia. A meta é reduzi-la a 2,5 vezes até 2018. Para tanto, espera vender mais US\$ 21 bilhões em ativos em dois anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Chrystiane Silva e Aline Cury Zampieri

Título: Vale sobe com minério de ferro e sustenta Ibovespa

O preço do minério de ferro subiu no mercado internacional e favoreceu a valorização das ações da Vale. A alta dos papéis da mineradora ajudou o Ibovespa a fechar em alta. O dia foi de poucos negócios sem a referência do mercado dos Estados Unidos, que não funcionou devido ao Dia de Martin Luther King.

O Ibovespa subiu 0,28% aos 63.831 pontos, com movimento financeiro de R\$ 7,2 bilhões. Neste valor, estão incluídos R\$ 2,9 bilhões referentes ao vencimento de opções sobre ações. As ações PNA da Vale subiram 3,27% e acumulam alta de 24,51% no ano. Os papéis ordinários da empresa tiveram alta de 2,68% e somam ganho de 23,91% no ano. O preço do minério de ferro subiu 3,9% no porto de Qingdao, na China, para US\$ 83,65 a tonelada, o maior patamar em quase dois anos e meio. O preço do aço também subiu na China.

Em relatório, o BTG Pactual considera que o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) da Vale deve avançar em torno de três vezes no quarto trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionado pela alta do minério de ferro.

Apesar das altas recentes, as ações das empresas de commodities ainda são consideradas boas opções de investimento. De acordo com o Alexandre Assaf Neto, especialista em análises corporativas de empresas de capital aberto, a

queda dos juros básicos da economia, para 13% ao ano, deve favorecer as empresas menos endividadas e permitir a retomada da economia. "As empresas de commodities continuam se destacando entre as demais", diz Assaf.

Também serão favorecidas as ações de empresas ligadas ao consumo. Já o setor bancário deve passar por um movimento de reavaliação dos negócios com a queda dos juros. De acordo com Assaf, apenas 37% do resultado financeiro dos bancos vem das operações de crédito. O restante está ligado a transações com títulos públicos do governo. "Os bancos precisam mudar a maneira de trabalhar e se ajustar ao novo período da economia", diz.

As demais ações de empresas siderúrgicas também subiram. As ações da Gerdau Metalúrgica subiram 2,84%, os papéis PNA da Usiminas ganharam 5,05% e as ações preferenciais da Gerdau tiveram alta de 1,07%. Na semana passada, a Usiminas informou que a Ternium/Technint busca uma reunião com a sócia Nippon Steel & Sumitomo Metal para costurar uma solução para o conflito societário que já dura mais de dois anos e meio.

MME / ASCOM